

“DINHEIRO É BOM, MAS UM AMIGO É MELHOR”. INCERTEZA, ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO E A “ECONOMIA”

BENOÎT DE L'ESTOILE

RESUMO *Com base em uma etnografia de longa duração focada em engenhos de cana-de-açúcar que se tornaram projetos de assentamento na Zona da Mata de Pernambuco, neste artigo eu questiono a evidência da “economia” como uma abordagem privilegiada para a compreensão da situação de vida dos pobres, a qual é estruturada pela precariedade e pela incerteza em relação ao futuro. Explorando a polissemia da palavra esperar (aguardar, ter esperança e expectar), o artigo analisa a pluralidade de orientações para o futuro de antigos trabalhadores assalariados das plantações de cana-de-açúcar incluídos em projetos de reforma agrária e suas estratégias para lidar com a incerteza. Embora o dinheiro seja desejável, ele tem um caráter transitório, e o valor dos amigos reside em seu potencial de ajuda, especialmente em casos de crise. Se a incerteza radical está fora do alcance humano, mobilizar amigos permite agir sobre a incerteza relativa. Assim, a etnografia sugere que nos movamos para além de uma “antropologia econômica” que objetiva analisar “outras economias” e exploraremos os campos de oportunidades e os quadros de referência que estruturam situações de vida e as versões locais de oikonomia em seu sentido original de “governo da casa”.*

“MONEY IS GOOD, BUT A FRIEND IS BETTER”. UNCERTAINTY, ORIENTATION FOR THE FUTURE AND THE “ECONOMY”

ABSTRACT *Based on a long-term ethnography in state-run settlement projects on former sugarcane plantations in Northeast Brazil, in this paper I question the evidence of “the economy” as a privileged framework for understanding the life situation of the poor, which is structured by precariousness and uncertainty about the future. Exploring the polysemy of Portuguese esperar (to wait, to hope, and to expect), it analyzes the plurality of orientations to the future among former sugarcane wage workers included as beneficiaries in land reform projects and their*

strategies to mitigate uncertainty in various configurations. If radical uncertainty lies out of human hands, relative uncertainty may be acted on by mobilizing people. While money is desirable, it has a transitory character, and the value of friends lies in their potential to help, especially in case of a crisis. Ethnography thus suggests moving beyond an “economic anthropology” that aims to analyze “other economies” and set out to explore the fields of opportunities and frames of reference that structure life situations and the local versions of oikonomia in its original meaning of “government of the household”.

“Se tivesse botado o sindicato na justiça, aí era bom”, falou Tatã, um antigo trabalhador rural nos engenhos de cana-de-açúcar, repensando se não teria sido melhor processar o sindicato. Nos anos 1980, ele trabalhara informalmente durante cinco anos como motorista para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Coqueiros¹, na Zona da Mata de Pernambuco e por isso não pôde receber seus direitos a benefícios sociais. Um antigo colega, que também havia trabalhado informalmente para o sindicato e posteriormente reivindicou indenização no tribunal, recebeu uma significativa quantia de dinheiro. “Esse favor”, concluiu Tatã, “Zézinho [o presidente do sindicato local] me deve até hoje”. No entanto, “eu não perdi”, ele adicionou: “o cara diz que o dinheiro é bom, mas eu acho que um amigo é melhor”. Zézinho, eleito prefeito no final dos anos 1990, foi de fato fundamental tanto em favorecer a implementação do programa nacional de reforma agrária em Coqueiros quanto em incluir Tatã como um beneficiário do mesmo, permitindo que ele adquirisse um “taco [pedaço] de terra”. Tatã justificou sua escolha mobilizando um esquema familiar de “sabedoria popular” local, mais comumente ouvido na forma proverbial “um amigo na feira é melhor que dinheiro no bolso”. Por que um amigo seria mais valioso do que dinheiro? Será Tatã um utilitarista, movido pelo interesse econômico e calculando a possibilidade de ação mais proveitosa? Estaria ele, pelo contrário, articulando uma “economia moral”, afirmando a superioridade moral da amizade em detrimento do dinheiro? Ou há algo completamente diferente em jogo aqui?

¹ Nome fictício

Encontrei-me várias vezes com Tatã e Zézinho durante uma etnografia de longa duração focada em engenhos de cana-de-açúcar que se tornaram projetos de assentamento no sudeste da Zona da Mata de Pernambuco². Defendo que interpretar o dilema de Tatã em termos “econômicos”, ou mesmo em termos de “economia moral”, nos impede de apreender a complexidade do mundo no qual este dilema se coloca e faz sentido. Sugiro que suas falas correspondem a uma maneira adequada de levar a vida em uma situação de precariedade estrutural e incerteza radical em relação ao futuro. Essa situação de incerteza e imprevisibilidade se encontra associada a uma forma específica de orientação para o futuro, sintetizada na polissemia do verbo *esperar* (aguardar, ter esperança, expectar). Relações pessoais e recursos são mobilizados para atender às expectativas em relação ao futuro, as quais são definidas em função de *campos de oportunidades e quadros de referência*. Mudanças ao longo do tempo, tanto em campos de oportunidades quanto em quadros de referência, produzem variadas configurações de incerteza.

Em um nível mais radical, sugiro que a etnografia, por atentar às maneiras pelas quais as pessoas conceituam suas práticas, nos leva a questionar o estatuto de evidência que tem a “economia” para nós, estudiosos acadêmicos, como quadro conceitual através do qual percebemos o mundo e atuamos nele. Isso nos permitiria ir além da “antropologia econômica”, sendo ela mesma um produto deste mesmo quadro conceitual em chave crítica, para observar mais precisamente não como “as práticas econômicas” se dão em outros contextos, mas sim outras maneiras de se construir o mundo e de se viver nele, ou seja, o que Wittgenstein (1994) chamava de outras “formas de vida”.

A ECONOMIA MODERNA E SEU OUTRO

É tentador ler afirmações como “um amigo é melhor do que dinheiro” à luz da clássica discussão sobre economia monetária

² Em 1997, no lugar que eu chamo aqui de Coqueiros, comecei a estudar três engenhos de cana-de-açúcar que logo depois foram transformados em projetos de assentamento como parte do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), dentro de uma pesquisa coletiva que coordenei junto com a saudosa Lygia Sigaud (DE L'ESTOILE; SIGAUD, 2006). Desde então, prossegui com o trabalho de campo, ganhando cada vez mais intimidade com as famílias envolvidas, em 1999, 2003, 2006, 2008, 2010, 2011 e 2013. Os três assentamentos oficialmente acomodam 94, 38 e 59 famílias com terrenos entre 4 e 9 hectares.

versus relações pessoais. A economia capitalista moderna tem sido comumente associada a processos de racionalização do tempo e de despersonalização, que invadem o universo das relações pessoais. Existe uma vasta literatura associando a expansão da economia monetária ao desenvolvimento de uma atitude face à vida calculista, racional e despersonalizada (SIMMEL, 2005; WEBER, 1991). Nessas narrativas, a calculabilidade aparece como uma – senão *a* – característica definitiva de nosso mundo moderno. O cálculo implica um quadro de referência comum e estável que define as expectativas. Assim, tanto a previsibilidade do futuro quanto a calculabilidade parecem essenciais para nossa noção de economia moderna. Isso envolve um modo específico de se relacionar com o futuro, baseado em esforços constantes para reduzir a incerteza ou, quando isso não é possível, para estimar a probabilidade de um evento a fim de reduzir seu efeito³. A incerteza, embora não seja completamente evitável, pode ser contida pela racionalização e pelo cálculo.

Foi em contraposição com essa concepção idealizada da (moderna) economia que a antropologia econômica e a sociologia econômica se definiram. Seguindo a trilha do Malinowski, antropólogos e outros demonstraram amplamente que essa era uma visão muito estreita das práticas econômicas, e nos ensinaram a pluralizar nossa compreensão da economia. Uma série de noções utilizadas pela antropologia/sociologia econômicas como qualificadoras de “economia”, como “primitiva”, “camponesa”, “tribal”, “da dádiva”, “doméstica”, “moral”, “popular”, e assim por diante, sugerem que essas são concepções econômicas heterodoxas e subalternas, com regras específicas que temos que nos esforçar em elucidar a fim de produzir um retrato mais pluralista das “práticas econômicas” do que aquele, demasiadamente simplista, oferecido pela “economia padrão”⁴.

Embora esse conjunto de trabalhos tenha ampliado bastante nossa perspectiva, ele permanece limitado por se tratar de um “contra-discurso”, que espelha seu antagonista, enraizado em

³ Esse é basicamente o princípio atuarial do sistema de seguros desde o Século XVII: embora ninguém possa prever um naufrágio ou uma morte súbita, é possível estimar sua probabilidade e, com base nisso, calcular um valor a ser pago que ofereça a segurança de compensação (monetária) para a perda incorrida (HACKING, 1975). Sobre as noções de “incerteza” na economia e finanças, ver também Brian (2009).

⁴ Esses vários conceitos dualistas podem ser tidos como variantes da distinção ideal-típica de Max Weber entre “economia natural” e “economia monetária” (WEBER, 1991, p. 100).

uma crença profundamente arraigada de que “a economia” existe em si em qualquer lugar de forma a-histórica, subjacente a todas as situações, mesmo que ela assuma formas específicas em configurações não capitalistas. Essa crença ontológica é compartilhada não só pelos apologistas da economia de mercado, mas também por seus mais ferrenhos críticos, como os dois Karls, Marx e Polanyi, e seus seguidores⁵. Para Polanyi (seguindo Weber, 1991), a “economia”, entendida como processo de satisfação das necessidades materiais, esteve por muito tempo “incrustada” (*embedded*) nas relações sociais, mas, substantivamente, já existia, mesmo que não fosse reconhecida como tal até Aristóteles, que a “descobriu” e a nomeou (POLANYI, 2012; ver também FINLEY, 1984). Segundo Polanyi, Aristóteles teria sido pioneiro em sugerir uma compreensão alternativa de “economia”, no sentido daquilo que Gudeman e Rivera (1990) chamam de “economia doméstica”, em oposição à “economia de mercado”. No entanto, embora “economia” claramente seja derivada etimologicamente de *oikonoμία* (*oikonomia*), Aristóteles cunhou essa noção na sua *Política* para se referir ao governo doméstico, dentro do *oikos* (lar/domínio), em oposição à *politiké*, governo cívico⁶. Para Aristóteles, governar o *oikos* (lar/domínio) era essencialmente ser um bom “dono da casa”, garantindo a autonomia do *oikos*: isso envolvia primeiramente o governo (*archè*) sobre dependentes vivos (esposa, filhos e escravos) e, apenas secundariamente, a administração das coisas. Uma tradução mais adequada de “*oikonomia*” poderia então ser “governo da casa”, assim trazendo a dimensão *política* (em nossa compreensão moderna) à tona.

A própria noção de uma “economia substantiva” – ou seja, a crença de que as condições materiais de vida (produção, troca e consumo) são logicamente distintas das condições políticas ou espirituais (mesmo que aconteça de se entrecruzarem) – é um princípio ontológico essencial do nosso mundo contemporâneo⁷. Para ir além, precisamos desafiar a própria noção de “economia” enquanto quadro de referência dado de antemão. Sigo aqui a provocação de Timothy Mitchell, que afirma com audácia que “a

⁵ Tal concepção informa o próprio projeto da antropologia econômica, como pode-se verificar, por exemplo, na recente síntese de Hann e Hart, 2011.

⁶ Aristóteles, *Politique* (versão bilingue francês/grego: <http://rema.cle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/politique2a.htm> [acesso em 6 jun. 2012]).

⁷ Bateson (1935) nos alertou há muito tempo contra tal “concretude deslocada”. Ver também Bohannon (1967).

ideia da economia em seu sentido contemporâneo não emergiu até meados do Século XX” (MITCHELL, 2002, p. 04). Embora a validade histórica da tese de Mitchell seja discutível, retomo seu posicionamento de que “a economia”, longe de ter “sempre existido” e de ser um componente necessário de qualquer mundo, é, a despeito de sua posição central em nosso próprio mundo, um enquadramento contingente.

EXPECTATIVAS, CAMPOS DE OPORTUNIDADES, QUADROS DE REFERÊNCIA

Dentro do enquadramento econômico, questões de orientação para o futuro foram geralmente formuladas em termos de “expectativas”. “Expectativa” é um conceito analítico importante na economia, mas também nas ciências sociais⁸. Mauss (1969) sugeriu que as “expectativas” (*attentes*) são a essência da vida social e que essa noção “gera a economia e a lei”, enquanto Weber (1991) conferiu um lugar central na sua abordagem sociológica às expectativas (*Erwartungen*). No entanto, tais noções de expectativa são muitas vezes genéricas e abstratas demais. Para aproximar-nos da experiência vivida, aproprio-me da noção dual de Reinhart Koselleck (2006) de “espaço de experiência” (*Erfahrungsraum*), ou seja, “o passado na medida em que ele é presente”, e de “horizonte de expectativa” (*Erwartungshorizont*), “o futuro tal qual ele é presente”. Conforme aponta Koselleck, a fecundidade dessas noções está relacionada ao seu caráter meta-histórico, que ele rotula de “antropológico” (porque a condição humana é necessariamente inscrita no tempo), mas também ao fato de que elas devem ser histórica e socialmente especificadas. Para tal, é útil complementá-las com duas outras noções: “campo de oportunidades” e “quadro de referência”. Uso a noção de campo de oportunidades para fazer referência, no sentido mais amplo possível, ao conjunto de possibilidades e de limites que definem, em um dado momento, as “condições de vida”, tanto

⁸ Seguindo a famosa distinção de Knight (1972) entre “risco”, como sendo uma “incerteza calculável”, e “incerteza” (incalculável), vários economistas debateram a respeito de “incerteza” e “expectativas”. Ver especialmente Keynes (1974), von Hayek (2015) e von Mises (2010).

materiais quanto simbólicas, para um grupo de indivíduos, aquilo que Weber (1991, p. 927) chamou de “oportunidades de vida” (*Lebenschancen*). “Quadro de referência” estaria relacionado ao quadro cognitivo e normativo utilizado pelas pessoas para conferir sentido ao seu mundo e para atuar nele. Isso corresponde mais ou menos àquilo que na literatura antropológica e sociológica é referido de diferentes formas como “visão de mundo”, *eidós*, “senso comum”, “quadro de constructos”, “quadro interativo”, “definição da realidade”, “estruturas mentais”, “culturas”, ou até mesmo “ontologias”⁹. Quadros de referência são parcialmente compartilhados no interior de determinado mundo social (permitindo assim orientação mútua e interação) e parcialmente definidos por experiências singulares, individuais e coletivas. Eles envolvem aspectos ontológicos, éticos e políticos, que implicam valores e crenças sobre o que é o mundo, o que constitui uma “vida boa” e o que é ser uma “boa pessoa” (REDFIELD, 1965). Quadros de referência são tipicamente associados a um determinado campo de oportunidades, mas, em parte, são autônomos em relação a ele; particularmente, mais de um quadro de referência pode estar associado a um determinado campo de oportunidades. Essa formulação não quer dizer que o “campo de oportunidades” exista de alguma forma “fora” de qualquer quadro de referência; a própria forma de qualquer campo de oportunidades é estruturada por quadros de referência (legal, econômica, política, etc.). As oportunidades de fato disponíveis a um indivíduo são na realidade limitadas pelas expectativas e pelas percepções, tanto suas quanto dos outros, daquilo que é “apropriado” em determinada situação.

Esses quadros de referência (que incorporam as experiências individuais e coletivas) definem os modos pelos quais o mundo é experienciado e interpretado, assim como, as expectativas em relação ao futuro. A combinação entre um determinado campo de oportunidades e um quadro específico definem “horizontes de expectativas” em parte individuais, em parte compartilhados.

⁹ Estou ciente de que essas noções estão longe de serem equivalentes e estão relacionadas a diferentes abordagens teóricas, mas como isso não é central para a presente proposta, emprego aqui uma definição genérica de “quadro de referência”.

¹⁰ Entrei nesse campo graças à saudosa Lygia Sigaud, com quem organizei em Coqueiros em 1997 um “experimento de treinamento em trabalho de campo” transnacional com estudantes de graduação e pós-graduação das *École Normale Supérieure* e *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DE L’ESTOILE; SIGAUD, 2006). O que viabilizou meu próprio trabalho de campo foi a existência de um conjunto de trabalhos prévios realizados por um grupo de antropólogos brasileiros, ligados ao PPGAS/MN/UF RJ que começaram uma série de estudos empíricos na região da Zona da Mata no final da década de 1960, produzindo um extraordinário cabedal acadêmico (para uma visão geral, ver Sigaud, 2008). Uma das descobertas fundamentais desses trabalhos foi que o desenvolvimento dos “mercados” locais (*feiras*) no Nordeste afetara tanto as “economias camponesas” como as “formas de dominação” (GARCIA, 1993; PALMEIRA, 1971). Fundamentados na antropologia econômica e nos estudos marxistas sobre a “economia camponesa” (CHAYANOV, 1976; KULA, 1970; TEPICHT, 1973), eles analisaram formas de “contabilidade camponesa” entre os pequenos produtores (por exemplo, Garcia, 1983; 1989; Heredia,

Essas noções são, necessariamente, reflexivas: elas se aplicam não só àqueles que tratamos de entender, mas também à nossa própria “forma de vida”.

REFORMA AGRÁRIA E A ABORDAGEM ECONÔMICA DE PLANEJAMENTO DO FUTURO

Nesta seção começarei descrevendo mudanças estruturais no campo de oportunidades nos termos da abordagem “econômica” tradicional, tentando em seguida avançar para além dela. Sustentados durante vários séculos no uso de mão-de-obra escrava em larga escala, os engenhos de cana-de-açúcar em Pernambuco têm sido continuamente integrados à economia capitalista desde o Século XVI, dentro do processo de colonização portuguesa e holandesa (SCHWARTZ, 1988). Com efeito, Sidney Mintz (1974) argumentou que o sistema de *plantation* foi pioneiro de uma forma de organização industrial capitalista sobre os povos sujeitados muito antes da consolidação das indústrias na Europa. Os trabalhadores canavieiros de Pernambuco têm vivido há muito tempo em um mundo monetarizado, comumente recebendo salários semanais, pagos diretamente por um patrão ou por um intermediário (*gato*)¹⁰.

A agroindústria canavieira de Pernambuco se tornou bastante dependente do Estado brasileiro através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que subsidiava os produtores de cana do Nordeste, onde a produtividade é menor do que em outras regiões, e a partir da década de 1970, do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), fomentador da produção de etanol advindo da cana-de-açúcar como combustível¹¹. No início dos anos 1990, políticas neoliberais (durante o governo Collor) levaram à extinção do IAA; a cana-de-açúcar de Pernambuco foi rapidamente abatida por uma grave crise e por uma queda brusca na produção¹². Esse colapso levou à falência várias “usinas” (refinarias de açúcar) e ao desemprego massivo,

especialmente entre os trabalhadores sazonais na safra¹³. Algumas *usinas* propuseram quitar suas dívidas com o Banco do Brasil transferindo parte de seus bens para o governo federal. Isso coincidiu com uma expansão significativa da amplitude do Programa Nacional de Reforma Agrária, fomentado pela pressão dos movimentos sociais, e o governo federal expropriou significativas extensões de terra (indenizando os proprietários) dividindo-as em pequenos lotes (chamados de “*parcelas*”) sob a supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁴.

O projeto político de reforma agrária no Brasil, tema de debate acalorado e de conflito no país desde a década de 1950 (GARCIA e PALMEIRA, 2001; MEDEIROS, 2003), implica um horizonte de expectativa orientado pela crença no progresso levado a cabo por um Estado racional e modernizador¹⁵. O planejamento racional é o meio para se dominar o futuro. Idealmente, assentamentos de reforma agrária deveriam permitir o desenvolvimento de uma “agricultura familiar” saudável fornecendo produtos de qualidade à população brasileira.

“Planejamento”, “uso racional da terra”, “desenvolvimento”, “organização”, e “gestão” aparecem como palavras-chave nas definições oficiais da política estatal de reforma agrária. Uma característica evidente desses projetos é a pretensão de controlar o tempo e de planejar racionalmente o futuro. Isso deve ser alcançado através de uma ferramenta específica, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)¹⁶. Esse documento estabelece um plano sistemático que visa a “emancipação” do assentamento da tutela do Estado quando ele estiver econômica e socialmente desenvolvido. O PDA consiste primeiro em um “diagnóstico”, que examina sucessivamente “aspectos físicos” (solos), “aspectos sociais” (população, organização social, habitação e saneamento, saúde, cultura e lazer, educação), “aspectos econômicos” (que abarcam “sistema produtivo e comercialização” e “agroindústria”) e, finalmente, “aspectos

1979). Sua descrição da “economia camponesa” é bastante similar à lógica descrita por Gudeman e Rivera (1990), embora em uma chave de análise diferente.

¹¹ Os subsídios estatais para grandes proprietários rurais começaram no final do Século XIX; ver Eisenberg (1977).

¹² No distrito de Coqueiros, em 2000, a produção de cana-de-açúcar foi apenas um terço do total produzido em 1994.

¹³ Durante o período da *safra* (de setembro a março), as usinas contratam uma grande quantidade de trabalhadores (majoritariamente homens) para o corte, enquanto durante os meses de *tranca*, no inverno, as oportunidades são escassas, e as pessoas procuram pequenos trabalhos ou se alimentam com o que obtêm dos manguezais. Especialmente para aqueles que viviam nas periferias das cidades pequenas, o campo de oportunidades era estruturalmente marcado por esse caráter sazonal.

¹⁴ À época, o executivo federal estava sob comando de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), até 2001, e depois, do Partido dos Trabalhadores (PT), primeiro sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, e em seguida de Dilma Rousseff. O INCRA tem o estatuto de “autarquia” (agência semiautônoma) integrada ao Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA) e encarregada de desenvolver a “agricultura familiar”, enquanto, em paralelo, o Ministério da Agricultura apoia o agronegócio.

¹⁵ Um elemento crucial no processo de redemocratização a partir de meados da década de 1980 foi a elaboração, na qual os antropólogos do campesinato tiveram um papel de destaque, de um ambicioso plano nacional de reforma agrária que, por fim, fracassou em ser implementado (PEREIRA, 1997; PALMEIRA, 1990).

¹⁶ Foi um processo demorado. Embora os engenhos tenham sido desapropriados em 1997, os PDAs para os três assentamentos referidos foram elaborados apenas em 2004.

¹⁷ O PDA constitui um esboço sumário, com a expectativa de que projetos mais detalhados possam ser traçados posteriormente. Um orçamento estimado para a implementação de vários programas está incluso no PDA.

¹⁸ Apesar destes atores diversos se dividirem em termos profissionais, políticos e ideológicos, eles compartilham uma crença em comum na “economia”.

ambientais”. Essa divisão em vários “aspectos” é essencializada, uma vez que cada aspecto está associado a distintos especialistas e campos de *expertise*. Em seguida, o PDA elabora um “plano de desenvolvimento sustentável”, iniciado com um “plano de exploração econômica” que avalia os custos de implantação de diversos projetos de desenvolvimento, “programas de assistência social”, e um “programa de meio-ambiente”¹⁷. A ambição de controlar o tempo racionalmente por meio de “planejamento e estratégia” se destaca nesses documentos. Funcionários do INCRA, agentes de ONGs ou outras “entidades”, e técnicos agrícolas encarregados dos “projetos” geralmente reclamam sobre o fato das pessoas serem “despreparadas”, não terem “noção de administração”; terem sido “administradas” pelos proprietários de terra durante séculos, tornando-se incapazes de “administrar a si mesmas”. Em uma tentativa sincera de estimular o “desenvolvimento econômico” do assentamento e de seus beneficiários, esforçam-se em fazê-los “mudar de ideia” e aprenderem a “administrar a si mesmos”. Dessa forma, o PDA sugeriu que “agentes comerciais” fossem “capacitados” para a adoção de um comportamento “estratégico” de controle do calendário de produção visando maximizar o lucro e aprender a dominar as leis de oferta e de demanda. Para esses especialistas, organizar o futuro implica o enquadramento “da economia”, porque esta é parte constitutiva de seu mundo¹⁸.

Em uma escala maior, as mesmas categorias amplas sustentam avaliações de reforma agrária que comumente fazem amplo uso de “indicadores econômicos” (ou “socioeconômicos”). O emprego de tal enquadramento econômico está diretamente ligado à importância política do tema. Avaliar a reforma agrária como “sucesso econômico” (ou fracasso) tem sido uma questão fundamental na política brasileira por mais de meio século. Críticos conservadores têm sido propensos a denunciar a reforma agrária como economicamente ineficiente, sugerindo que o Estado brasileiro poderia investir melhor seus (escassos) recursos em outros setores, como o agronegócio. Foi nesse contexto

que um importante estudo em nível nacional, financiado pelo ministério encarregado, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), e conduzido por especialistas acadêmicos do mundo rural de primeira linha (antropólogos, sociólogos, economistas e agrônomos) procurou avaliar os “impactos”, tanto “sociais” quanto “econômicos” da reforma agrária (LEITE *et al.*, 2004). Uma parte significativa do relatório foi dedicada à análise da “produção dos assentamentos e seus impactos na economia regional”, considerando sucessivamente os seguintes itens: geração de empregos; produção agrícola; efeito sobre a produção local; produtividade, assistência técnica e modelos tecnológicos; acesso ao crédito; efeitos na comercialização; e efeitos sobre as condições de vida das populações assentadas¹⁹. O argumento central do relatório era que enquanto o Estado falhara em fornecer as políticas adequadas que assegurassem o sucesso econômico pleno, as condições materiais dos beneficiários melhoraram significativamente em relação à situação em que viviam antes.

¹⁹ Uma seção paralela foi dedicada à “presença do assentamento nas dinâmicas social e política da região”.

“A economia” não constitui, portanto, apenas um quadro de referência para a compreensão do mundo e para a atuação sobre ele, mas é também um conjunto de práticas sociais e de ferramentas cognitivas que constituem um “mundo social”. Esses atores diversos mesmo que eles nem sempre ajam ou pensem em termos “econômicos” – vivem em um mundo definido pela economia enquanto um enquadramento dominante. Acadêmicos compartilham(os) dessa abordagem, porque pertencemos a esse mundo. Seus (nossos) projetos e ações assumem como premissa que “a economia” determina a própria base de nossa existência.

ESPERAR: PRECARIIDADE ESTRUTURAL, INCERTEZA RADICAL E ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO

Tais visões do futuro, formuladas em normas oficiais, programas, planos, projetos de desenvolvimento, contrastam com os modos pelos quais o tempo é experienciado pelos

beneficiários. Esse modo específico de orientação para o futuro pode ser ilustrado pela polissemia do verbo *esperar*. Lusófonos que aprendem inglês ou anglófonos que aprendem português geralmente enfrentam a dificuldade causada pela não equivalência entre o *esperar* da língua portuguesa (bastante similar ao seu equivalente em espanhol) e os verbos ingleses “*to expect*” (expectar), “*to hope*” (ter esperança) e “*to wait*” (aguardar)²⁰. Em inglês, expressam sentidos distintos, até mesmo opostos: “*to expect*” sugere uma probabilidade alta de ocorrência, enquanto que “*to hope*” exprime tanto uma grande incerteza quando uma ânsia ativa; em contraste, “*to wait*” sugere uma atitude mais passiva. Embora não reivindique esse traço linguístico como causal, uso-o aqui como uma ferramenta para a exploração etnográfica dos modos de se relacionar com o futuro por parte dos antigos cortadores de cana de Pernambuco²¹.

O que pode ser chamado de “incerteza radical” e de imprevisibilidade, constituem características estruturais da vida no Nordeste rural. As pessoas em Coqueiros têm vivido por gerações em um estado de precariedade estrutural, à beira de não alcançarem o nível básico de sobrevivência²². Essa condição é, no entanto, “normalizada”, no sentido de que ela é experienciada como parte da vida normal, não como uma “crise”, palavra usada para descrever situações de dificuldade gravíssima²³. Quando a situação de privação é extrema, as pessoas dizem que elas estão “passando necessidade” ou “passando fome”.

Duas áreas amplas de incerteza sobre as quais os humanos têm possibilidades de controle bastante distintas podem ser diferenciadas: uma relativa e outra radical. A incerteza relativa corresponde ao mundo social de uma pessoa e as suas relações pessoais, as quais ele pode facilmente ter acesso direto ou indireto. Em circunstâncias normais, as expectativas em relação ao que os outros farão são definidas por um quadro referencial comum, um conjunto de normas e de valores compartilhados. Na Zona da Mata de Pernambuco, as interações no âmbito das relações interpessoais e interfamiliares são relativamente previsíveis na

²⁰ Essa característica linguística do espanhol e do português é um legado da palavra latina *esperare*, que significa tanto “ter esperança” quando “expectar”.

²¹ Obviamente, essa característica linguística estrutural do português não é restrita à Zona da Mata.

²² Essa situação alterou-se parcialmente com a implantação de novos programas federais de redistribuição de renda a partir do ano 2000, como o programa bolsa família, aposentadorias, etc. (LAUTIER, 2007).

²³ Para a maioria dos europeus hoje, a “precariedade” é associada a uma situação de “crise” e à perspectiva de crescente incerteza, porque nós a percebemos como uma descontinuidade anormal que perturba expectativas prévias. No entanto, a precariedade estrutural tem sido a condição “normal” para a maioria da humanidade na maior parte da história. Em muitos aspectos, essa situação é semelhante à dos pobres europeus na Europa antes do século XIX (FONTAINE, 2008).

medida em que elas são orientadas, a princípio, pela norma da reciprocidade (tanto positiva quanto negativa): se uma pessoa ajuda outra, ela pode contar com sua ajuda posteriormente; se uma pessoa mata outra, ela deve esperar que os familiares cobrem vingança, matando o assassino ou alguém próximo a ele. Essa é, então, uma área de incerteza *relativa*: uma pessoa não pode prever com absoluta certeza como reagirão seus parceiros na interação, mas tem expectativas definidas em relação ao leque de ações que eles possam executar.

Outras áreas da vida aparecem completamente fora do nosso controle, logo definem áreas de incerteza *radical*. Incerteza e imprevisibilidade são características definidoras da vida camponesa em qualquer lugar, já que a agricultura se encontra altamente dependente dos acidentes climáticos²⁴. Mesmo que alguns beneficiários do programa de reforma agrária tenham mais habilidade do que outros, a imprevisibilidade fundamental é resumida por um deles quando exclama: “a agricultura é um tiro no escuro! Você pode plantar e ter aquela [vasta] produção ou ter nada”.

A imprevisibilidade se estende para outras áreas da vida. Os pobres²⁵ no Brasil aprenderam a viver na ausência de um sistema eficiente de seguridade social, sem acesso a seguros de saúde ou de vida. Os pobres de Coqueiros vivem sob o risco constante de adoecerem, de sofrerem um acidente ou de serem mortos. A experiência da morte súbita é certamente um traço comum da condição humana, mas sua frequência imprime uma qualidade específica na vida em Coqueiros. Meus interlocutores se referem com insistência a vários casos de trajetórias aparentemente “bem-sucedidas” brutalmente interrompidas por um acidente de trânsito ou um homicídio. Tais destinos trágicos são um doloroso lembrete de que planos racionais para o futuro são frágeis e fora do alcance humano.

A incerteza, tanto relativa quanto radical, aparece então como sendo uma característica básica da vida, estruturando expectativas diárias. *Esperar* sugere que algo mais do que “ter

²⁴ Embora seja uma característica habitual, é especialmente severa na falta de irrigação e no controle de pragas.

²⁵ Uso aqui a categoria de “pobre” como categoria de autodenominação dos meus interlocutores no campo, pelo menos em certas situações.

²⁶ A noção de “esperar” também pode ser expressa pelo termo *aguardar*, que não é ambíguo, mas pertence a um código linguístico mais formal.

expectativa” está envolvido, incorporando a experiência de que a espera é com frequência frustrada. A palavra tem uma qualidade que se mantém em aberto, ligada à incerteza, denotando que alguém “aguarda” enquanto espera²⁶. *Esperar* se refere a uma esperança realista, enquanto *sonhar* sugere que algo é teoricamente possível (especialmente com a ajuda de um milagre), mas com a sugestão de que é pouco provável. No entanto, existem diferentes substantivos: *esperança* (hope) e *espera* (waiting). Assim como em outros lugares de tradição cristã, a esperança é associada à vida e é envolta por uma dimensão religiosa.

Esperar nesse contexto está associado a um horizonte de expectativas dificilmente redutível ao cálculo. Os beneficiários empregam algum tipo de cálculo ou comparam os retornos esperados, por exemplo, quando decidem plantar cana em seus lotes, ao invés de outro cultivo. No entanto, seria exagerado interpretar isso como um “cálculo econômico”. Na verdade, alguns fatores cruciais podem não ser *calculados*, embora eles sejam *levados em conta* nas escolhas.

LIDANDO COM A INCERTEZA: TRÊS CONFIGURAÇÕES

²⁷ Trata-se aqui apenas de uma narrativa bastante estilizada e simplificadora, um tipo ideal que esquematiza uma situação muito mais complexa, que se altera tanto ao longo do tempo quanto do espaço, na região da Zona da Mata de Pernambuco, mas não somente.

²⁸ Desde 1991, um sistema de previdência rural tem sido gradualmente implementado. Em 1999, a idade de aposentadoria rural foi reduzida: 60 anos para os homens e 55 para as mulheres.

Apesar da incerteza ser um dado estrutural, sua distribuição específica varia de acordo com cada configuração. Descreverei a seguir três configurações de incerteza, em diferentes momentos históricos, associadas a seus próprios campos de oportunidades e quadros de referência: a vida no mundo do engenho, o momento de crise que levou à desapropriação, e a vida no assentamento²⁷. Essas configurações estruturam a vida dos que vivem e trabalham nesses territórios (os engenhos e os projetos de assentamento que os sucedem). Embora a incerteza radical permaneça constante (a despeito dos avanços na assistência social ao longo dos anos)²⁸; as formas de incerteza relativa são definidas, em parte, por essas mudanças nas configurações de incerteza e, por outro lado, por uma continuidade geográfica e social, pois o mesmo espaço,

e em parte as mesmas pessoas, estão envolvidas. Para cada configuração, primeiramente destacarei as mudanças estruturais no campo de oportunidades e em seguida esboçarei os modos pelos quais elas modelam as experiências das pessoas.

O MUNDO DO ENGENHO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Para um trabalhador rural da Zona da Mata, o campo de oportunidades era definido sobretudo pelo mundo da grande fazenda de cana-de-açúcar (*engenho*), que também definia o quadro de referência naturalizado (*taken for granted*). O engenho não era apenas uma instituição econômica, mas um mundo político, social e cultural que estruturava toda a vida de seus habitantes e era caracterizado por uma hipótese fundamental de continuidade. Após a abolição da escravidão (1888), a forma mais comum dos pobres estabilizarem seu futuro era através da constituição de relações pessoais de obrigação mútua com os proprietários de terra, em consonância com um comportamento de “preferência por segurança” claramente descrito por Scott (1976). Mesmo que fossem bastante pessoalizadas, essas relações seguiam padrões socialmente sancionados, baseados na expectativa de reciprocidade. No modelo padrão presente até a década de 1960, um trabalhador não pedia ao proprietário por um “trabalho” ou um “posto”, mas por uma “casa de morada”, com o entendimento mútuo de que *morar no engenho* implicava a obrigação/oportunidade de trabalhar por salários e de que o morador (o trabalhador residente) teria acesso a um pequeno pedaço de terra para o cultivo de alimentos como mandioca, macaxeira e milho (PALMEIRA, 1977). Em troca de sua lealdade, um morador poderia esperar proteção, benefícios em espécie (por exemplo, acesso à madeira das matas do engenho, peixe durante a Quaresma) e “ajuda” em caso de “crise” (um carro para levar um doente ao hospital, dinheiro para comprar um medicamento, crédito, etc.). Ao descreverem os “tempos do

engenho”, os antigos trabalhadores são geralmente ambivalentes, insistindo ora na dominação, chamando-a de “cativeiro”, ora na proteção concedida pelo *bom patrão*; o aspecto “econômico” é raramente destacado ou mesmo evocado. O ideal supremo de um *morador* era ter acesso a um *sítio*, um pequeno trato de terra no qual está incluída uma casa, juntamente com um roçado, e o direito de plantar árvores frutíferas, que, por contraste com as lavouras anuais, implicam uma ocupação a longo prazo e relativa autonomia. A partir da década de 1960, no entanto, tornou-se gradualmente indesejável para os proprietários de terras (em parte devido à implementação de uma nova legislação trabalhista) a manutenção de uma vasta força de trabalho nos engenhos, e muitos interromperam a prática de “dar casas”, encorajando os *moradores* a se mudarem para cidades pequenas²⁹. Porém, em um dos *engenhos* que investigo, essa configuração permaneceu virtualmente até sua falência em 1996.

²⁹ A partir do final dos anos 1960, a possibilidade de migração para o Sudeste do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) também abriu campos alternativos de oportunidades (GARCIA, 1989).

Nessa configuração, a incerteza relativa (sobre a qual pode-se atuar) estava concentrada na relação com o proprietário, porque a qualidade da relação pessoal era a mediação essencial pelo acesso a oportunidades e a recursos: o *morador* não tinha garantia legal de estabilidade (ele poderia ser despejado a qualquer momento), mas em troca de sua lealdade poderia esperar estabilidade e proteção. No quadro de referência hegemônico, as relações adequadas entre um “bom patrão” e um “bom trabalhador” vinham formuladas numa linguagem, moralmente carregada, de reciprocidade e de “amizade”, e as expectativas eram bem definidas, o que obviamente não impedia a existência de conflitos e ocasionalmente de violência física.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, que tiveram em Pernambuco uma força expressiva (em comparação com estados vizinhos como Alagoas ou Paraíba), forneceram um quadro de referência alternativo em termos de exploração e de luta de classes (SIGAUD, 1986). A legislação trabalhista abriu novas oportunidades e proteção legal, e os dirigentes sindicais

encorajaram os trabalhadores a desafiar os patrões perante a justiça do trabalho e a “buscar seus direitos”. No entanto, as relações pessoais entre os dirigentes sindicais e as bases muitas vezes seguiram um padrão similar, descrito em termos de reciprocidade e “amizade” (SIGAUD, 2006)³⁰. Significativamente, Tatã, citado no início do texto, usou esse mesmo termo para qualificar a relação com Zézinho, embora considerasse processá-lo enquanto antigo empregador na sua função de presidente do sindicato.

³⁰ Em várias regiões do Brasil rural, os sindicatos de trabalhadores rurais se tornaram mediadores privilegiados com o Estado por pensões e outros benefícios sociais.

ABALANDO QUADROS DE REFERÊNCIA: A CRISE DA CANA-DE-AÇÚCAR E AS OCUPAÇÕES DE TERRA

A crise da agroindústria canavieira em meados da década de 1990 levou a mudanças drásticas, definindo novos limites e oportunidades. Uma parte daqueles confrontados com o desemprego, desesperadamente à procura de uma “saída” para uma situação de “crise”, integrou as ocupações de terra lideradas pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Coqueiros³¹. A ocupação de um engenho desencadeia o processo oficial de desapropriação pelo governo federal. Ela abre um demorado e incerto processo ao longo de vários meses, ou anos, com a possibilidade de despejos judiciais ou de desocupações violentas por parte de *pistoleiros*. Implica em longos períodos de *esperar* para aqueles envolvidos em ocupações, até a eventual criação de projetos de assentamentos (um estágio que em alguns casos nunca é atingido) e a definição de uma lista oficial de beneficiários (relação de beneficiários, ou RB)³². Foi um momento tanto de incerteza máxima, que gerou ansiedade, quanto de esperanças, com significados distintos para os moradores que viviam na propriedade ou para aqueles que participaram das ocupações. Para os *moradores*, o “quadro de referência” anterior estava abalado, pois a própria suposição de continuidade do *engenho*, até aquele momento o mundo naturalizado deles, enfim desmoronara. Expectativas em relação

³¹ No Brasil, os sindicatos de trabalhadores rurais são organizados a nível municipal. Em Coqueiros, o movimento era liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) local, vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Sobre os sindicatos de trabalhadores rurais em Pernambuco, ver Palmeira (1979), Pereira (1997), Rosa (2004) e Sigaud (1986, 2001, 2010).

³² Com pequenas diferenças de acordo com cada engenho, esse processo ocorreu em Coqueiros durante o período de 1997 a 1999.

ao futuro, esperança de acesso a novas oportunidades, e medo de perder a proteção foram formuladas em distintos quadros de referência ao passo que *moradores* e *trabalhadores* foram envolvidos em lealdades conflitantes em relação a seus “bons patrões” e aos dirigentes sindicais (DE L’ESTOILE; PINHEIRO, 2006). Muitos manifestaram sua preocupação acerca da proteção quando a vida estivesse em perigo. “Quem vai mandar um carro para levar um doente ao hospital?”, era uma pergunta recorrente, uma vez que os patrões do engenho sempre tomaram para si essa responsabilidade. Quando perguntados sobre o futuro, a maioria das pessoas evocava mais “sonhos” do que “projetos”. A própria capacidade de formular “projetos” e estratégias depende do campo de oportunidades e da percepção dele³³.

³³ A possibilidade de formular estratégias depende de um nível mínimo de “distância da necessidade” (BOURDIEU, 2001, p. 262).

Ao mesmo tempo, outros expressavam “esperança” (*hope*), uma orientação positiva para o futuro, a qual revelava uma possibilidade de ação e, em alguns casos, a formulação de projetos individuais e coletivos (DE L’ESTOILE; SIGAUD, 2006). A “esperança” de receber um pedaço de terra era para muitos uma força motriz para aderirem ao movimento, assumindo as adversidades e os riscos envolvidos na participação em uma ocupação, enquanto outros procuravam apenas uma “saída” temporária em uma situação de privação. Novos líderes que estavam emergindo tentavam fomentar crenças em um futuro coletivo e engajá-las em direção à “reforma agrária”.

“NA LUA”: NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

A terceira configuração de incerteza está associada a uma transformação dramática no campo de oportunidades, decorrente da implantação de projetos de assentamento (PA). Três *engenhos* em Coqueiros foram desapropriados pelo governo federal no final de 1997, entregues ao INCRA, e três projetos de assentamento foram criados. Os beneficiários (oriundos em parte

dos antigos *moradores* e em parte daqueles que participaram das ocupações) tiveram que assinar um “contrato de concessão de uso” de um lote de terra em contrapartida do desenvolvimento agrícola da terra por parte do beneficiário e de sua família. Essa “concessão de uso” supostamente evoluiria para a posse provisória e por fim seria legalmente garantida por um “título da terra”. Logo, há certa expectativa de propriedade definitiva, mas o tempo necessário para que isso ocorra (ou, na verdade, a ocorrência de fato) permanece altamente incerto. Inicialmente, acreditava-se amplamente que isso ocorreria dentro de 10 anos, mas 15 anos depois do início do processo, esse estágio transitório tem se arrastado sem perspectiva de resolução.

O período inicial do projeto de assentamento foi de grandes esperanças e ansiedades. Em setembro de 1999, enquanto caminhões descarregavam os tijolos para as casas que seriam construídas nos campos onde a cana fora recentemente cortada, os beneficiários descreviam com brilho nos olhos os planos para suas novas casas e as vidas futuras que imaginavam nelas. O horizonte de expectativa nesse novo cenário era modelado tanto pela experiência passada quanto pelo ideal utópico do “engenho liberto”, combinando a segurança do engenho e a autonomia do sítio (SIGAUD, 1977). O acesso ao *status* de beneficiário do assentamento de reforma agrária era especialmente valorizado, porque se encontrava associado à “liberdade”, ou seja, a uma maior autonomia. Para aqueles que, voluntariamente ou não, deixaram os engenhos, a reforma agrária ofereceu uma oportunidade de “voltar para a terra” e de realizar o sonho de ter (ou de voltar a ter) seu próprio sítio. Um beneficiário significativamente chamava seu lote de “Boa Esperança”; outra afixou, num pé de macaíba na entrada de sua parcela, a placa “Granja da alegria da Morena”. Mesmo que a reforma agrária seja oficialmente voltada à produção agrícola, o que muitos beneficiários valorizaram acima de tudo foi a oportunidade de se tornarem *donos de si mesmo* – a possibilidade de agir como *dono* em sua casa e em sua terra – em contraste à situação prévia no *engenho* ou nas pontas

de rua. Embora a palavra *dono* seja geralmente traduzida em inglês por “owner”, enfatizando os aspectos legais e econômicos, “*master*” é uma tradução melhor, já que destaca a capacidade (política) de tomar decisões autônomas: o governo da casa ou seja *oikonomia* no sentido aristotélico. A busca da “autonomia” assume um significado essencial em uma região marcada pela experiência plurissecular da escravidão, seguida pela experiência da dependência pessoal aos patrões. Ela expressa-se pela possibilidade da pessoa controlar seu tempo e sua mobilidade, “trabalhar na hora que eu quiser”, bem como “ir para onde eu quiser”. Essas fórmulas fazem sentido em oposição à experiência precedente de ser “mandado” a realizar alguma tarefa específica pelo *cabo* (capataz) do engenho. Tornar-se “dono de si mesmo” foi fortemente associado a recuperar a dignidade. Questionado em 1999 por um colega beneficiário sobre como ele avaliava a “liberdade” no assentamento, Mário respondeu: “a gente passou a ser gente”³⁴.

³⁴ “Gente” referindo-se aqui ao “ser humano”, em oposição ao “bicho”.

A criação do assentamento definiu um espaço onde novas regras vigem, em forte contraste com a ordem do engenho que anteriormente dominava o território e seus habitantes – agora abolida, mas que continua vigorando nos engenhos nos arredores do assentamento. Os beneficiários logo conheceram o mundo burocrático do Estado brasileiro, que até então tinha sido mediado principalmente pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Embora o INCRA seja oficialmente encarregado de administrar o projeto de assentamento, na realidade a prática é muito mais próxima de certo tipo de governo indireto, com o presidente da associação desempenhando um papel de intermediário remanescente dos chefes em contextos coloniais³⁵. Os beneficiários tiveram de enfrentar uma nova incerteza em relação à definição de um quadro de referência adequado para entender esse universo. Como o ex-presidente da associação de um assentamento comentou retrospectivamente, referindo-se ao que se seguiu após a “implosão” do mundo do engenho, “foi como estar na lua”, e acrescentou, “todo mundo anda cego”.

³⁵ As associações constituem o enquadramento organizacional formalmente encarregado de todas as relações com as agências estatais e ONGs. Para a maioria dos beneficiários, essa era uma forma política completamente desconhecida.

Por um lado, a vida em um assentamento de reforma agrária reduz a imprevisibilidade estrutural por fornecer alguma segurança e estabilidade. Mesmo que os beneficiários não sejam legalmente “proprietários” de seus terrenos ou de suas casas e possam (a princípio) ser expulsos caso não cumpram os critérios definidos pelo INCRA, a maioria deles, depois de algum tempo, parecem desfrutar de uma sensação de relativa segurança, sobretudo porque se sentem “em casa”, naquilo que eles insistem em chamar de “sua casa”. Por outro lado, seus relatos sugerem que a incerteza tem crescido em outras áreas da vida. Enquanto aqueles que eram trabalhadores *fichados* (registrados) no engenho podiam contar com um pagamento regular semanal, eles ficaram neste novo contexto exortados a se tornarem “pequenos produtores” capazes de lidar com um intervalo de tempo agrícola muito maior, durante um ano, e até mesmo um período de anos, com a necessidade de balancear os anos “bons” e os anos “ruins” (em termos de produção). Tal desafio, no entanto, revelou-se além do alcance de muitos beneficiários, que afirmam que carecem dos meios para “sobreviver” durante o período entre o cultivo e a colheita. Um antigo morador disse que “costumava ter crédito nas lojas”, porque tinha a certeza de que receberia seus salários semanais; quando necessitado, seu empregador, um “amigo”, poderia também lhe emprestar algum dinheiro como um adiantamento de seus ordenados futuros. Esse modo de acesso ao crédito baseado em relações interpessoais acabou assim que ele se tornou um beneficiário da reforma agrária.

A capacidade de “gerir o tempo” está relacionada a um diferencial de poder e a quadros de referência conflitivos: enquanto que para os beneficiários a “liberdade” diz respeito a ser *dono* de seu próprio tempo, os promotores de “projetos” e técnicos de desenvolvimento visam ensiná-los a “fazer planos”, mas na realidade os mantêm na espera. Projetos de transformação social controlada envolvem uma “racionalização” e uma “administração” do tempo que quebram com as temporalidades

³⁶ Uma mudança tão brutal na temporalidade tem sido observada em diferentes lugares em algumas sociedades camponesas sob situações semelhantes de transformação social imposta. Ver, por exemplo, Bourdieu (1963) sobre a mudança nas orientações para o futuro entre os *Cabilas* no contexto de “modernização” forçada sob o domínio colonial francês tardio.

³⁷ As pessoas opõem *esperar e correr atrás*, este implicando uma postura ativa para alcançar o fim desejado.

³⁸ Em 2013, seguindo a denúncia de desvios numa outra superintendência do INCRA, a responsabilidade por esse programa foi retirada ao INCRA e deslocada para a Caixa Econômica, gerando assim novos atrasos.

familiares³⁶. No entanto, o futuro fracassou em materializar-se conforme planejado: o primeiro grande projeto agrícola realizado para os três assentamentos, em 1999-2000, resultou em fracasso total, deixando os beneficiários endividados e *inadimplentes*, ou seja, impedidos de ter acesso a mais crédito. Desde então, uma boa parte dos beneficiários se tornou dependente de fontes externas de renda, como trabalho na cana-de-açúcar ou outros ofícios, penhoras, aposentadoria ou pensões por invalidez.

O controle burocrático se transformou em uma fonte central de incerteza para os beneficiários. Uma situação típica nos assentamentos é *esperar* que um novo “projeto” (sobre o qual há esperança/expectativa de que possa trazer algum tipo de benefício ou recurso) se concretize. Assim, um beneficiário diz que o engenheiro agrônomo do distrito se comprometeu a tentar “pegar um projeto” de piscicultura. “Ele falou que no começo do ano que vem ele vai ver se consegue esse peixe para a gente e esse projeto. Estamos *esperando*”. A experiência de espera é reforçada pelo funcionamento burocrático dos órgãos responsáveis pela supervisão dos projetos de assentamento. Os próprios funcionários do INCRA denunciam a “morosidade” da autarquia e incitam os beneficiários a “correr atrás”³⁷. Assim, em 2006, o INCRA anunciou a chegada próxima de um crédito para a renovação das casas do assentamento, e a associação contratou técnicos para montar o projeto. No entanto, a liberação de fato tem sido repetidamente adiada por razões burocráticas³⁸.

Quando convidados a avaliar suas situações presentes em relação ao passado, meus interlocutores balanceiam perdas e ganhos não em termos econômicos, mas sim em termos de valores potencialmente conflitantes de segurança e de autonomia. Na verdade, o ganho em autonomia implica um aumento correspondente na incerteza: quando moradores recebiam ordens para executar uma tarefa, eles não tinham real escolha senão obedecer ou partir. Agora, as escolhas são muito mais abertas, mas muitos beneficiários expressam uma sensação de confusão quanto ao que fazer na ausência da estrutura do

engenho. Portanto, embora a vida esteja mais estabilizada em algumas áreas, tais como a garantia de ter habitação, ela permanece altamente incerta em muitos outros aspectos.

ENFRENTANDO A INCERTEZA: DINHEIRO DE CURTA DURAÇÃO. AMIZADE DE LONGA DURAÇÃO

Seria equivocado entender a frase “um amigo é melhor do que dinheiro” como uma afirmação moral que condena a intromissão do dinheiro no mundo das relações interpessoais. Na verdade, ela é empregada para balancear e valorizar um desses “bens” (no sentido moral, não econômico) contra o outro, bens que pertencem a duas distintas ordens de valor ou “ordens transacionais” (BLOCH; PARRY, 1989). Dinheiro e amizade são avaliados diferentemente, porque são associados a diferentes temporalidades e moralidades: o dinheiro é associado a uma orientação de curta duração, enquanto que a amizade envolve uma relação de longa duração.

Os trabalhadores canavieiros de Pernambuco são familiarizados há muito tempo com as relações capitalistas e monetárias, e não há nenhuma condenação moral ao dinheiro. Como ser “pobre” é precisamente definido pela falta dele, o dinheiro é considerado desejável. As pessoas se esforçam para ganhar mais dinheiro, porque precisam dele para “sustentar a casa”, provendo comida, roupas, e o que mais for necessário para a vida da família. No entanto, o dinheiro é visto como não confiável. Na experiência dos pobres, o dinheiro se esvai rapidamente. A expectativa geral é que se uma pessoa ganhar dinheiro, ela o gastará imediatamente. Isso parece se confirmar pela experiência de beneficiários da reforma agrária: em seus estágios iniciais, o programa implicou o pagamento de subsídios diversos, que deveriam suprir a compra de ferramentas e de sementes, totalizando R\$ 2.500,00, cerca de dezoito vezes o salário mínimo à época, para eles então uma quantia considerável

de dinheiro. Como Dona Morena disse-me em 2002, “meu Deus, eu nunca tive dinheiro! Eu trabalhava cortando cana, saía para trabalhar de madrugada; quando chegava o sábado, eu ia pra feira, não sobrava nada [dos ordenados]. Então quando eu peguei tanto dinheiro... o pessoal aqui [disse]: ‘Gasta! Compra isso, compra aquilo, compra, compra, compra!’ Eu gastei tudo! Eu não sei trabalhar com dinheiro”. Dona Morena relaciona sua inabilidade em lidar com o dinheiro à sua experiência prévia de receber salários semanais e à sua confusão em relação às instruções das lideranças do assentamento e dos técnicos agrícolas de como gastar o subsídio. O dinheiro foi gasto de várias maneiras não contempladas no plano oficial: compra de material adicional para as casas (uma vez que a concessão oficial permitia apenas uma pequena casa padronizada); remédios em caso de doença; ou camas, móveis, eletrodomésticos, televisões e carros ou motos usados. Em outras palavras, eles priorizaram a manutenção da vida e aquilo que eles viam como os símbolos e os meios de uma “vida boa”. O dinheiro foi feito para servir à vida, não à economia.

Assim, o dinheiro é bom, uma vez que constitui uma necessidade essencial para a vida, mas é essencialmente de curta duração e fugaz. Em contraste, os amigos são avaliados como um recurso de longa duração: a amizade é uma relação pessoal, supostamente duradoura³⁹. A amizade “verdadeira” é uma relação de longa duração que envolve a vontade (se não a possibilidade real) de ajudar e consideração mútua (respeito). O antigo patrão, ainda vivendo no meio de um assentamento e dirigindo um estabelecimento de turismo rural, comentou comigo: “Mudou porque acabou a cana-de-açúcar, mas a parceria, a boa vontade, a amizade, continuam a mesma. Ainda hoje, se alguém adocece aí, precisa de um carro [para ser levado ao hospital da cidade], continua a mesma coisa como era na época do meu pai, eu mando o meu carro, ou mando o motorista ou eu vou”. Em outras palavras, ele alegou continuar agindo de acordo com o quadro de referência do engenho, fiel à reputação de seu pai como “bom patrão” mobilizando o vocabulário da amizade.

³⁹ Amigos são diferentes de “família”, que implica deveres vistos como “naturais” (especialmente entre pais e filhos). Em contraste, a “amizade” inclui um elemento de escolha.

O termo de “*amizade*” é usado para se referir a uma ampla gama de relações pessoais, tanto horizontais quanto verticais (REBHUN, 1999). As pessoas precisam por um lado de amigos que sejam iguais socialmente para ajudá-las na vida diária, com base na reciprocidade, por outro lado de amigos que sejam socialmente mais poderosos para ajudá-las quando estiverem “passando necessidade”. Na verdade, *necessidade* ou *crise* é uma prova de fogo para a amizade. Ao passo que o dinheiro, uma vez gasto, deixa a pessoa basicamente tão desprovida quanto antes, amigos (e parentes) oferecem o equivalente mais próximo a uma forma de seguridade social: espera-se que eles ajudem em caso de doença, ou a cuidar dos filhos caso a pessoa morra ou desapareça. Amigos são também importantes para ampliar o campo de oportunidades⁴⁰. Pedir ajuda aos amigos é uma forma moralmente valorizada e socialmente reconhecida de atuar sobre a incerteza. Assim, um beneficiário desempregado disse-me que ele estava aguardando que o prefeito eleito lhe desse trabalho, explicando que “o novo prefeito é um grande amigo meu, ele gosta muito de mim, e ele me disse que vai me ajudar, sabendo que estou passando necessidade”. A linguagem socialmente legítima da amizade permite muitos usos; longe de impedir a circulação de dinheiro e de outros recursos, isso os insere em um quadro moral.

Em um contexto de imprevisibilidade generalizada, a única área na qual pode-se reduzir a incerteza é a que tange as relações interpessoais. Mobilizar os laços pessoais é um recurso tradicional para os pobres⁴¹. Não se pode obrigar um patrão a te dar trabalho, mas se ele te conhece, ele pode optar por empregar você ao invés de um trabalhador desconhecido. Esse padrão familiar é ativado na nova configuração de incerteza: do ponto de vista do beneficiário, as burocracias (incluindo o INCRA, os bancos, as ONGs, o IBAMA e outras agências estatais) agem de maneira arbitrária e inescrutável. Você não tem como controlar o INCRA, mas você pode fazer amizade com um funcionário oferecendo-lhe uma bebida na sua casa. O Banco Mundial está

⁴⁰ As redes de parentes, amigos e vizinhos foram mobilizadas no processo de ocupação dos engenhos (DE L'ESTOILE; SIGAUD, 2006; SIGAUD, 2010).

⁴¹ “A partilha de recursos no interior de organizações comunitárias e a confiança nos laços com patrões poderosos eram maneiras recorrentes por meio das quais os camponeses tentavam reduzir riscos e melhorar sua estabilidade” (WOLF, 1969, p. 279) – tradução minha. Cf. Foster (1961) e Pitt-Rivers (1971).

fora de alcance, mas se alguém é amigo ou parente do assistente local do técnico responsável, ele pode acabar na lista dos beneficiários de um projeto de desenvolvimento. Então, de fato, construir “amizades” parece ser o melhor recurso humano face à incerteza.

Enquanto a incerteza radical está fora de alcance do poder humano, pode-se agir sobre a incerteza relativa. Assim, quando o filho de Jô contraiu um vírus raro, que o deixou gravemente debilitado, a única cura possível envolveu uma operação complexa que só poderia ser realizada em Recife; seu custo em um hospital particular era mais de R\$30.000,00 (60 vezes um salário mínimo), claramente fora de seu alcance. Doutor Bernardo, um “amigo da família” e candidato a prefeito da cidade, que é cirurgião em hospitais de Recife, encaminhou Jô a um amigo cirurgião em outro hospital público de Recife. Por cerca de 2 anos, ela ficou *esperando* (e orando) até que a operação foi enfim realizada em 2012. “É melhor ter um amigo por perto do que dinheiro no banco”, comentou o cirurgião, explicando que foi a insistência de Dr. Bernardo que o levou a priorizar o filho de Jô dentre uma longa lista de pacientes. Jô salientou que o Dr. Bernardo “nem me pediu para votar nele”. Não ter pedido algo em troca era para ela uma marca de *consideração*, de “amizade” verdadeira, em oposição a um movimento interessado (ela me confirmou que, como era de se esperar, votou nele, com seus filhos). Jô, que se convertera ao pentecostalismo durante a doença de seu filho, também prestou um serviço de ação de graças.

Para a maioria dos meus interlocutores, a esperança está, em última instância, relacionada a Deus, que confere significado a ela. É precisamente porque o futuro é imprevisível que as pessoas têm que confiar em Deus. Deus não oferece de maneira alguma uma garantia: Ele nem sempre previne uma desgraça, mas pode te ajudar a enfrentá-la. Deus oferece não só um consolo para os males do presente, mas também um ponto estável em um mundo altamente incerto, proporcionando uma certeza única. A repetida afirmação de que “Deus é maior”, “Deus é poderoso”, frequente

sobretudo entre os pentecostais, sugere que embora os planos de Deus não possam ser conhecidos, Ele sabe o que é melhor e pode controlar o futuro. Deus tem o poder de libertar o seu filho da prisão, de ajudar a encontrar comida caso você tenha fome, de reconciliar marido e mulher, ou de esmagar os inimigos⁴². Não se trata aqui de “economia”, sequer uma “economia religiosa”, mas de uma definição alternativa da realidade.

⁴² Baseio-me aqui em declarações ouvidas durante cerimônias religiosas evangélicas e conversas diárias.

CONCLUSÃO: DA “ECONOMIA” AO “VIVER E VIVER BEM”

“Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor” poderia à primeira vista ser interpretado como uma formulação “econômica” (a *utilidade* de um amigo sendo superior à da liquidez). No entanto, argumentei que tal afirmação instancia um modo específico de lidar com a precariedade, articulando hierarquicamente duas “ordens transacionais” ou “esferas de valor”. Proferir fórmulas como essa envolve ao mesmo tempo uma afirmação sobre o estado do mundo, no qual o futuro é incerto, sobre as atitudes adequadas àqueles que nele vivem, e uma reivindicação moral de ser uma “boa pessoa”.

O caráter aberto do verbo *esperar*, recorrentemente usado nestes contextos, reflete a indeterminação do futuro e o caráter fundamentalmente incerto da vida. Mesmo que essas sejam características gerais da condição humana, elas afetam profundamente as situações de vida nos projetos de assentamento de Pernambuco como em outros universos marcados pela precariedade. Nesse mundo, caracterizado pela incerteza radical, o futuro aparece como irredutível ao cálculo. É um campo aberto de expectativa que envolve tanto *espera* quanto *esperança*. Embora seja impossível reduzir a incerteza estrutural, os pobres, no Brasil como em outros lugares, têm elaborado formas alternativas de lidar com a precariedade estrutural e com acidentes inesperados (porém prováveis). Essas estratégias envolvem tanto o investimento em relações sociais (fazer amigos)

quanto a confiança em Deus, que em última instância garante que a esperança não é em vão. *Esperar* também evidencia que as expectativas, moldadas pela experiência prévia, estão em sintonia com uma determinada configuração de incerteza; elas vigem para um mundo determinado, sendo definido por campos de oportunidades e por quadros de referência específicos. Quando essa configuração habitual muda, as expectativas tornam-se desajustadas, produzindo uma experiência de desorientação cognitiva e moral (SCHUTZ, 2010).

Isso nos convida a questionar mais fundamentalmente o próprio enquadramento da “economia”. Aqueles para quem a economia constitui um pressuposto ontológico básico tendem a considerar os que não veem o mundo em tais termos como ingênuos, ignorantes ou alienados, por não conseguirem compreender a estrutura fundamental da realidade. Esse é o caso sobretudo quando se diz respeito aos pobres, como se, em uma situação de privação, eles devessem privilegiar suas necessidades mais “básicas”, ou seja, as “econômicas”. Assim, muitas discussões, tanto políticas quanto acadêmicas, acerca dos assentamentos de reforma agrária tendem a ser enquadradas por questões de “sucesso econômico” (ou fracasso), mesmo que para seus beneficiários as preocupações em relação à “autonomia” e à proteção sejam muito mais privilegiadas.

Quando nossos interlocutores falam em “trabalho”, “salário”, “vender”, “dinheiro”, “ir ao mercado” e “sustentar a casa”, nosso próprio quadro de referências nos induz equivocadamente a compreender tais questões como primeiramente “econômicas”. No entanto, quando os nossos interlocutores se referem a tais realidades, eles não estão articulando uma “visão camponesa da economia” ou uma “economia moral”; eles estão falando sobre como viver e como viver bem, como articular a ansiedade pela autonomia e a necessidade de proteção. A decisão de plantar ou não uma determinada cultura agrícola, por exemplo macaxeira (aipim) ou mandioca, ou cana-de-açúcar, depende não só da

quantidade de trabalho que se é capaz de mobilizar e da estimativa dos preços futuros no mercado, mas também leva em conta a possibilidade de ter seus produtos roubados ou até de ser morto pelo ladrão. A preocupação com a segurança não é “econômica”, mas diz respeito às condições e aos meios necessários para “viver e viver bem”, para usar categorias aristotélicas⁴³. Essa versão pernambucana da *oikonomia*, no sentido de “governo da casa” – que engloba preocupações sobre “sustentar a casa”, provendo recursos materiais e sociais, e sobre “segurança” – envolve autonomia, costumes, religião, reprodução, política e uma capacidade de manobra em um mundo complexo e fluido.

Fenômenos habitualmente apreendidos em chave “econômica” – como a crise da agroindústria canavieira em meados da década de 1990, o declínio do turismo estrangeiro após a alta da taxa de câmbio do *real* ou as políticas de redistribuição social do governo federal brasileiro a partir dos anos 1990 e 2000 – foram de fato fundamentais na redefinição do conjunto de oportunidades e de restrições no qual meus interlocutores vivem e atuam. Ademais, muitos desses fatores estruturantes – como subsidiar ou não a agroindústria canavieira, investir dinheiro federal na compra de terras para assentamentos, ou desenvolver as exportações agrícolas – foram trazidos por pessoas que pensam e agem dentro do quadro “econômico”, em particular os “especialistas da economia” (NEIBURG, 2010).

Os acadêmicos compartilham dessa dificuldade em imaginar um mundo fora do âmbito da “economia”. Mesmo que, seguindo Polanyi, sejam críticos ao reducionismo da economia de livre mercado, muitos antropólogos da economia, aderindo a uma vulgata marxista frouxa genérica, têm como dado que “a economia” fornece a infraestrutura ou a “base material” dos demais fenômenos (sociais, culturais, políticos, religiosos). Como habitantes do moderno mundo ocidental, incorporamos totalmente a divisão da vida em distintas esferas institucionais: o “econômico”, o “político”, o “social” e o “religioso”. Ao definirmos

⁴³ Como Bensa (2006, p. 105) escreve sobre a contabilidade de débitos entre seus interlocutores Kanak, “o interesse está aqui para ser entendido no sentido mais amplo, ao mesmo tempo social e vital, pois a estratégia é motivada mais por um ganho na vida do que por um projeto mercantil. É um ‘seguro de vida’, dizem os atores” (tradução minha).

o “econômico” como um nível específico, ou uma esfera distinta do “político” e do “social”, nós o despolitizamos e apagamos sua dimensão social; colocar “o econômico” e “o religioso” em compartimentos distintos nos impede de enxergar as dimensões ontológicas e cosmológicas da “economia”. Incorporamos “o econômico” como um quadro de referência, de fato, como um princípio ontológico, ao ponto de literalmente o projetarmos em toda parte: assim, quando olhamos para configurações desconhecidas, enxergamos “outras economias”. Mesmo quando nos esforçamos para pluralizar a noção de “economia”, continua sendo ela quem fornece o padrão explícito ou implícito a partir do qual definimos nossas abordagens críticas.

Adotar e naturalizar o uso de categorias econômicas como ferramentas privilegiadas para a descrição e a compreensão do mundo tem atado a imaginação antropológica em uma camisa de força, cegando-nos para compreensões alternativas. A fim de “repensar a economia”, deveríamos, ao menos como um experimento temporário, suspender nosso uso da linguagem da economia e *do econômico*. O que acontece se olharmos para essas configurações não como “outras economias”, mas como “algo diferente da economia”? Ao invés de tentar qualificar relatos “econômicos” comuns procurando aquilo que “falta” neles, poderíamos explorar o mundo da “economia” do ponto de vista de outras “formas de vida”, outras maneiras de se construir mundos. “Campos de oportunidades” e “quadros de referência” são ferramentas que podem ser empregadas na tarefa de analisar as expectativas e as experiências das pessoas, de modo a ir além da nossa própria divisão naturalizada da vida em esferas distintas.

Se começarmos a descrever etnograficamente o mundo sem assumir a existência da “economia”, mas, ao invés disso, olharmos para as maneiras por meio das quais as pessoas concebem e agem para viver e levar uma “vida boa”, novas compreensões podem emergir. Como as pessoas lidam diferentemente com a incerteza estrutural e gerenciam as possíveis contradições entre o desejo

de autonomia e a necessidade de segurança? Em que situações eles privilegiam os amigos em detrimento do dinheiro ou o dinheiro em detrimento dos amigos? A Igreja em detrimento da família? Ir para a escola no lugar de ir para o campo? Quais são as exigências para se validar a reivindicação de que a gente é uma “boa pessoa”? Na zona rural de Pernambuco, isso implica, para um homem adulto, ser “um bom pai de família”, sendo um dos seus deveres o de “sustentar a casa”, enquanto uma mulher adulta é julgada de acordo com seu desempenho enquanto “dona de casa”, que cuida adequadamente da casa e dos filhos. Se olharmos para os percursos que as pessoas enfrentam para atingirem esses objetivos, encontraremos muitas práticas que são geralmente tratadas sob o rótulo de “práticas econômicas”, mas que seriam abordadas com mais proveito como “condições para levar a vida e uma vida boa”. Quais são as condições para se imaginar um futuro? O que torna a vida uma “vida digna”? Inversamente, em que momento a vida torna-se “insuportável”? Como as pessoas enfrentam mudanças radicais em seus campos de oportunidades e quadros de referência, em situações como guerra, revolução, migração, deslocamento, reforma agrária ou crise econômica?

Identificar quadros locais alternativos, por sua vez, nos permite desafiar a forma como vemos o mundo através desse enquadramento econômico hegemônico. Essa abordagem poderá eventualmente lançar luz sobre as formas em que as pessoas vivem e interpretam suas vidas em nosso próprio mundo “economicizado”, e sobre as condições políticas e sociais para a existência da “economia” como um quadro de referência privilegiado, tais como uma sensação de “segurança”, a estabilização de expectativas e a capacidade de controlar o futuro, em última instância garantidas pelo Estado. Sugiro que utilizemos tais quadros de referência alternativos que não naturalizam a economia como um instrumento para operar um descentramento em nossa maneira de olhar para nosso próprio mundo. Analisar as formas de *esperar* em uma situação

de incerteza radical, portanto, pode abrir a esperança de uma reformulação radical da economia. Para isso, não se trata apenas de “re-pensar a economia”, mas de questionar a economia como enquadramento que se impõe como evidente (*taken for granted*).

AGRADECIMENTOS

Uma primeira versão deste artigo foi discutida no Wenner Gren Symposium “Crisis, Value, and Hope: Rethinking the Economy” em setembro de 2012. Agradeço a Susana Narotzky e Niko Besnier pelo convite para entrar nesse diálogo, aos colegas participantes por estimularem trocas, aos integrantes do seminário do NuCEC no Rio de Janeiro, em maio de 2013, e aos revisores anônimos de *Current Anthropology* por seus comentários. Esta pesquisa beneficiou-se de financiamentos do CNRS, da minha bolsa de pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para um intercâmbio no PPGAS do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2010-2011, e de minha afiliação ao escritório do Centre National de la Recherche Scientifique no Rio de Janeiro. Dedico este artigo à memória de Lygia Sigaud, graças a quem eu conheci pela primeira vez os colegas do Museu Nacional e os trabalhadores da Zona da Mata. A versão em português foi revisada pelo autor, com ajuda de Edimilson Rodrigues, Rosa Vieira, e Emília Pietrafesa de Godoi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, Gregory. Culture Contact and Schismogenesis. *Man*, vol. 35 (199), p. 178-183, dec. 1935.

BENSA, Alban. Compter les dons: échanges non marchands et pratiques comptables en Nouvelle-Calédonie Kanak contemporain. *In*: COQUERY, Natacha; WEBER, Florence;

MENANT, François (dir.). *Écrire, compter, mesurer. Vers une histoire des rationalités pratiques*. Paris: Éditions rue d'Ulm, 2006, p. 79-112.

BLOCH, Maurice; PARRY, Jonathan (eds.). *Money and the morality of exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BOHANNAN, Paul. Africa's land. In: DALTON, George. *Tribal and Peasant Economies: Readings in Economic Anthropology*. New York: Natural History Press, 1967, p. 51-60.

BOURDIEU, Pierre. La société traditionnelle: attitude à l'égard du temps et conduite économique. *Sociologie du travail*, 5^e année n°1, p. 24-44, janvier-mars. 1963.

BOURDIEU, Pierre. O ser social, o tempo e o sentido da existência. In: _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 253-300.

BRIAN, Éric. *Comment tremble la main invisible*. Incertitude et marchés. Paris: Springer, 2009.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas. *Análise Social*, vol. XII (46), p. 477-502. 1976.

DE L'ESTOILE, Benoît de; PINHEIRO, Claudio Costa. Projetos, Apostas, Hesitações: Notas sobre três engenhos em situação de incerteza. In: DE L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 64-105.

DE L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

EISENBERG, Peter. L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FINLEY, Moses. I. Aristote et l'analyse économique. In: _____ . *Économie et société en Grèce ancienne*. Paris: Colin, 1984, p. 263-292.

FONTAINE, Laurence. *L'économie morale: pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe pré-industrielle*. Paris: Gallimard, 2008.

FOSTER, George. The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village. *American Anthropologist*, vol. 63 (6), p. 1173–1192. 1961.

GARCIA, Afrânio. *Terra de trabalho: trabalho familiar e pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Afrânio. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Maison des sciences de l'homme, Collection Brasília, 1989.

GARCIA, Afrânio; GRYNSZPAN, Mário. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002, p. 311-348.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformações agrárias. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 38-77.

GARCIA, Marie-France. Espace du marché et mode de domination. *Etudes Rurales*, n. 131-132, p. 57-72, juillet-décembre. 1993.

GUDEMAN, Stephen; RIVERA, Alberto. *Conversations in Colombia: the domestic economy in life and text*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HACKING, Ian. *The emergence of probability*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

HANN, Chris; HART, Keith. *Economic anthropology: history, ethnography, critique*. Cambridge: Polity, 2011.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KEYNES, John Maynard. The general theory of employment (Quarterly Journal of Economics 51). In: *The collected writings of John Maynard Keynes*, vol. 7. London: Macmillan, 1974, p. 209-223.

KNIGHT, Frank Hyneman. *Risco, incerteza e lucro*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-328.

KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal: pour un modèle de l'économie polonaise (XVIe-XVIIIe siècles)*. Paris: Mouton, 1970.

LAUTIER, Bruno. Les politiques sociales au Brésil durant le gouvernement de Lula: aumône d'état ou droits sociaux. *Problèmes d'Amérique Latine*, n. 63, p. 51-76, 2007.

LEITE, Sérgio et al. (coords.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

MAUSS, Marcel. Débat sur les “sociales fonctions de la monnaie” de François Simiand. In: KARADY, Victor (ed.). *Mauss, Oeuvres*, vol. 2. Paris: Minuit, 1969, p. 116-120.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine, 1974.

MITCHELL, Timothy. *Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002.

NEIBURG, Frederico. Os sentidos sociais da economia. In: MARTINS, Carlos Benedito; DIAS DUARTE, Luiz Fernando (coords.). *Antropologia: horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 225-258.

PALMEIRA, Moacir. *Feira e mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas do PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1971.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto* 2(2), p. 103-114. 1977.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, CEDEC, v.1, p. 41-55, ago. 1979.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *SINTESIS*, n. 12, p. 27-50. 1990.

PEREIRA, Anthony W. *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil, 1961-1988*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1997.

PITT-RIVERS, Julian. Friendship and authority. In: _____. *The people of the Sierra*. Chicago: University of Chicago Press, 1971, p. 137-160.

POLANYI, Karl. Aristóteles descobre a economia. In: _____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 229-268.

REBHUN, Linda-Anne. *The heart is unknown country: love in the changing economy of Northeast Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

REDFIELD, Robert. The little community. In: _____. *The little community and peasant society and culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1965, p. 01-168.

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural Brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 47 (3), p. 473-503. 2004.

SCHÜTZ, Alfred. O Estrangeiro: Um Ensaio em Psicologia Social. *Revista Espaço Acadêmico*, ano X, n. 113, p. 117-129, out. 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, James. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven, CT: Yale University Press, 1976.

SIGAUD, Lygia. A idealização do passado numa área de plantation. *Contraponto* vol. 2, p. 115-126. 1977.

SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *DADOS: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (3), p. 319-334. 1986.

SIGAUD, Lygia. Des plantations aux villes: les ambiguïtés d'un choix. *Études Rurales*. Paris: EHESS, n. 132-133, p. 19-37. 1993.

SIGAUD, Lygia. Ir à Justiça: os direitos entre trabalhadores rurais. In: NOVAES, Regina (org.). *Direitos Humanos. Temas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: ABA/MAUAD, 2001.

SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos Históricos*, 9 (18), p. 361-388. 2006.

SIGAUD, Lygia. Uma saga pernambucana. In: ROSA, Marcelo C.; SIGAUD, Lygia; MACEDO, Marcelo Hernandez. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária*

no Brasil (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) 1960 - 2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 267-323.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 11 (2), p. 577-591. 2005.

SIMMEL, Georg. A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northeast. *Social Science Information*, 47 (1), p. 71-97. 2008.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan Polonais*. Paris: Colin, 1973.

VON HAYEK, Friedrich August. Economia e Conhecimento. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. III, n. 1 (Edição 5), p. 55-70, jan./jun. 2015.

VON MISES, Ludwig. A incerteza. In: _____. *Ação humana. Um tratado de Economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 139-153.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora da UNB, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

WOLF, Eric. *Peasants Wars of the Twentieth Century*. New York: Harper and Row, 1969.

BENOÎT DE L'ESTOILE - Antropólogo. Pesquisador sênior (Directeur de recherche) no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor de Antropologia na Ecole Normale Supérieure (ENS), Paris Sciences et Lettres Research University (PSL).